



ALGUMAS VERDADES E MENTIRAS SOBRE OS ESTUDOS CLÁSSICOS NO BRASIL

SOME TRUTHS AND LIES ABOUT CLASSICAL STUDIES IN BRAZIL

**Rafael Guimarães Tavares
da Silva***

* gtsilva.rafa@gmail.com
Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em
Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade
Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais).

Resumo: A constatação de crise na área de Estudos Clássicos está em voga desde meados do século XX (ou mesmo antes), embora essa tendência tenha se radicalizado vertiginosamente nos últimos anos, devido em grande parte aos debates educacionais sobre cultura, política, economia e sociedade, incluindo temas polêmicos interrelacionados, como gênero, raça, classe e sexualidade. Enquanto há quem denuncie a decadência na qualidade do ensino, das pesquisas e das publicações, há também quem critique o conservadorismo de certos pressupostos assumidos por uma área dedicada ao estudo das civilizações antigas que ainda desfrutam do status de “clássicas” em nossa sociedade e que frequentemente se limitam aos gregos e romanos (no masculino). Diante desse quadro, o que pensar sobre os Estudos Clássicos no Brasil? Quem são as pessoas que se dedicam à pesquisa, ao ensino e ao estudo da Antiguidade clássica em nosso país? O que pensam e como avaliam sua área hoje? Partindo de um levantamento de dados ainda inédito — por meio de uma pesquisa de opinião e análises quantitativas de dados —, pretendo esboçar um panorama sobre essas questões a fim de desmistificar algumas impressões, modalizar outras e oferecer balizas mais seguras para quem queira refletir criticamente sobre a área no Brasil de 2021.

Palavras-chave: Estudos Clássicos no Brasil; História dos Estudos Clássicos; Crise.

ABSTRACT: The proclamation of crisis in the field of Classical Studies has been in vogue since the mid-twentieth century (or even earlier), although such trend has radicalized dramatically in recent years. This is due in large part to educational debates on culture, politics, economy and society, including themes interrelated and still controversial, as gender, race, class and sexuality. While there are those who denounce the decaying quality of teaching, research and publication, there are others who criticize the conservatism of certain assumptions made by an area dedicated to the study of ancient civilizations still enjoying the status of “classics” in our society and which is often limited to the Greeks and Romans (in the masculine). Given this situation, what one ought to think about Classical Studies in Brazil? Who are the people who dedicate their lives to researching, teaching and studying classical antiquity in our country? What do they think and how do they evaluate their area today? Based on a survey of still unpublished data — through an opinion poll and quantitative analyses of these data —, we intend to sketch an overview of such issues in order to demystify some impressions, modalize others and offer safer markers for those who want to critically reflect on the area in Brazil from 2021.

Keywords: Classical Studies in Brazil; History of Classical Studies; Crisis.

INTRODUÇÃO

Os Estudos Clássicos constituem um campo dedicado às línguas, literaturas e culturas da Antiguidade mediterrânea, com ênfase especial na grega e na latina. Esse campo tem uma história bastante complexa e dispõe de um verdadeiro subgênero erudito exclusivamente dedicado à sua compreensão: “História dos Estudos Clássicos”. Dentre os principais expoentes desse subgênero, figuram nomes de classicistas que fizeram história dentro da própria disciplina, como os de Sir John Edwin Sandys, Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf, Gaetano Righi, Rudolf Pfeiffer e outros.¹ Gostaria de começar esse breve panorama introdutório afirmando que, apesar das diferenças de tratamento e profundidade com que cada um desses estudiosos aborda diferentes pontos dessa história, um aspecto comum a todos é o reconhecimento do seguinte esquema triádico: i) sua origem na própria Antiguidade greco-romana; ii) seu desenvolvimento com o Renascimento italiano, o Neoclassicismo francês, os séculos XVII e XVIII no Reino Unido e nos Países Baixos; iii) seu aperfeiçoamento definitivo nas universidades da Alemanha no século XIX.

Os principais panoramas sobre a história dos Estudos Clássicos propõem, portanto, retrospectivas a um só tempo arqueológicas (a partir dos princípios) e teleológicas

(em direção aos fins), narrando a história da formação de uma disciplina cujo ápice é sua conformação crítica na Modernidade europeia. Nesse tipo de esquema, não há muito espaço para uma história dos Estudos Clássicos no Brasil e ainda será preciso investigar as motivações, os modos de operação e os desdobramentos da importação desse campo de estudos, caso se queira abrir espaço para reflexões efetivamente capazes de compreender suas especificidades e suas mais importantes contribuições no país.

Não me proponho a fazer isso aqui, mas gostaria de delinear as bases gerais com que essa história tem trabalhado antes de entrar no tema principal que pretendo abordar. Classicistas de destaque com atuação no Brasil já dedicaram estudos à questão, estabelecendo referências fundamentais para quem queira dar continuidade à tarefa. Cito aqui alguns desses nomes: Maria Celeste Consolin Dezotti e Maria Helena de Moura Neves (1987), Eduardo Tuffani (2000/2001), Paula da Cunha Corrêa (2001), Jacyntho Lins Brandão (2006), José Amaranite Santos Sobrinho (2013) e Zélia de Almeida Cardoso (2014) fornecem bons panoramas sobre a história e a situação dos Estudos Clássicos no país; sobre a tradução de obras clássicas por aqui, cumpre destacar as propostas de Eduardo Tuffani (2006), Maria das Graças de Moraes

1. Para mais referências sobre o tema: HUMMEL, 2000.

Augusto (2010; 2015), Adriane da Silva Duarte (2016) e a tese de Thaís Fernandes (2017); no que diz respeito à presença da História Antiga no Brasil, há o volume organizado por Pedro Paulo Funari, Glaydson José Silva e Adilton Martins (2007) e o dossiê temático da revista *Mare Nostrum* de 2017 (número 08), com o título “História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa”; há ainda textos apologéticos, como os de Flávio Ribeiro de Oliveira (2014) e Roosevelt Araújo de Rocha Júnior (2019). Dentre os materiais disponíveis em português, valeria a pena destacar também algumas obras sobre recepção clássica, como os volumes organizados por André Chevitarese, Gabriele Cornelli e Maria Aparecida de Oliveira Silva (2008), Marcio Thamos e Brunno Vieira (2011) e Robert de Brose (2018). Isso para não citar os vários estudos sobre autores brasileiros específicos e suas obras, como Olavo Bilac, Machado de Assis e Guimarães Rosa, além de artigos recentes como os que devem ser publicados no presente número da revista *Em Tese*.

Apesar dessa quantidade de materiais, acredito que ainda não contemos com uma história dos Estudos Clássicos no Brasil. A meu ver, isso se deve não apenas ao que já sugeri anteriormente, mas também a dois outros motivos: em primeiro lugar, porque não há no país um trabalho muito coeso de leitura, tradução e divulgação

do subgênero acima mencionado, qual seja, o de história dos Estudos Clássicos. Embora existam vários manuais sobre o assunto em alemão, inglês, francês e italiano — publicados desde o final do século XIX —, salvo engano, nenhuma dessas obras foi vertida para o português. Isso dificulta um trabalho pedagógico de base com o tema, uma vez que o domínio de línguas estrangeiras num curso de graduação frequentemente não pode ser assumido como pré-requisito, e prejudica a divulgação da existência e importância desse campo de pesquisa, diminuindo a probabilidade de que alguém o conheça desde cedo e venha a se interessar por ele. Em segundo lugar, porque também não há no país uma quantidade suficiente de estudos de caso mais específicos sobre os diferentes momentos, aspectos e figuras de destaque dessa história, dificultando consideravelmente qualquer trabalho de síntese sobre o assunto, uma vez que toda empreitada nesse sentido acaba precisando adotar uma perspectiva muito panorâmica e, portanto, pouco atenta a certas especificidades de potencial disruptivo. Como consequência, cada proposta de história dos Estudos Clássicos no Brasil aponta certas tendências principais, mas não aprofunda muito as fissuras que poderiam promover um engajamento crítico com esse passado.

Reconhecendo a necessidade de que isso seja feito pela próxima geração de classicistas do Brasil, gostaria de propor uma abordagem alternativa ao empreendimento histórico sugerido, acreditando que um levantamento sociológico com dados contemporâneos possa nos ajudar a compreender melhor certas especificidades do momento atual, a fim de que sejamos capazes de nos posicionar praticamente com relação a questões extremamente complexas. Afinal, se a constatação de crise nos Estudos Clássicos tem estado em voga no mundo desde meados do século XX, essa tendência radicalizou-se vertiginosamente nos últimos anos, devido em grande parte aos debates educacionais sobre cultura, política, economia e sociedade, incluindo temas ainda polêmicos interrelacionados, como classe, gênero, sexualidade e raça.² Enquanto há quem denuncie a decadência na qualidade do ensino, das pesquisas e das publicações, também existe quem critique o conservadorismo de certos pressupostos assumidos por uma área dedicada ao estudo das civilizações antigas que ainda desfrutam do status de “clássicas” em nossa sociedade e que frequentemente se limitam aos gregos e romanos (de modo quase exclusivo no masculino).³

Como as referências nas duas últimas notas indicam, o papel dos EUA nessa discussão é enorme e não me parece nada fortuito. Desde meados do século XX, esse país

destacou-se dos demais por sua hegemonia (sobretudo entre aqueles do bloco capitalista), assegurando seu papel de liderança após o fim da Guerra Fria, e tem ditado as regras em muitas regiões que se encontram sob sua zona de influência (como é o caso do Brasil). Apesar de crises frequentes, os EUA dispõem de uma abundância de recursos e faz investimentos de vulto também em educação, bastando conferir o crescimento de sua população universitária desde meados do século XX e compará-la com a de qualquer outro lugar do mundo para se ter uma ideia da disparidade entre esses números.⁴ Isso para não falar em termos de instalações, instituições, periódicos, publicações, salários etc. Inevitavelmente, portanto, esse período testemunhou uma migração de capital intelectual para o país — movimento passível de ser ligado também às perseguições e guerras vivenciadas diretamente pela Europa e outros continentes ao longo desse período —, incluindo muitos alemães, britânicos, franceses etc.⁵ Em consequência disso, a maior efervescência intelectual das últimas décadas no mundo, e, sem dúvida, a que mais afeta o Brasil, acontece nos EUA. O modelo de produtividade intelectual atualmente em curso na universidade brasileira (com seus indicadores quantitativos e todo o aparato institucional para mantê-los), inclusive, foi importado de lá para ser aplicado aqui.⁶

2. Para denúncias gerais sobre o declínio dos Estudos Clássicos, exemplos variados — apesar de majoritariamente estadunidenses — poderiam incluir: ARENDT, 2016 [orig. 1954]; BERNAL, 1987; BLOOM, 1987; CULHAM, EDMUNDS, 1989; HANSON, HEATH, 1998; ORDINE, 2016 [orig. 2013]; BOUINEAU, 2018; MORLEY, 2018.
3. O blogue *rogueclassicism*, mantido por David Meadows, apresenta uma retrospectiva panorâmica sobre o desdobramento mais recente dessas polêmicas nos EUA — a partir do pretenso “cancelamento” de Homero —, envolvendo nomes como os de Dan-el Padilla Peralta, Victor Davis Hanson, Eric Adler, Joel Christensen, Mary Beard, Edith Hall, Simon Goldhill e Barbara Graziosi. Essa retrospectiva foi intitulada “Classics in Crisis? (a.k.a. ‘The Discourse’)” e ainda tem sido atualizada.

4. Alguns desses dados são oferecidos por Hartman (2015, p. 7) e, no que diz respeito ao campo das Clássicas, por Cole (1989).
5. Esses temas aparecem trabalhados dentro de uma reflexão sobre os Estudos Clássicos nos EUA em várias das contribuições que fazem parte do volume editado por Phyllis Culham e Lowell Edmunds (1989).
6. Bill Readings (1996) oferece reflexões extremamente críticas sobre o modelo universitário estadunidense e sua influência sobre outras partes do mundo. Críticas análogas — aplicadas à presença desse modelo de universidade no Brasil contemporâneo — aparecem em textos recentes de Andrade (2021), Oliveira (2021) e Lima *et alii* (2021).

Essa enorme influência não se restringe à universidade, contudo. Infelizmente, o Brasil — como outros países, embora nenhum talvez com tamanha profundidade — está na zona de ingerência direta dos EUA, em termos políticos, econômicos, socioculturais e diplomáticos. Desde a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, um alinhamento ideológico mais ou menos subentendido foi escancarado e o país se viu arrastado para uma posição declaradamente subalterna com relação a seu maior “aliado”, principalmente no período coincidente com a segunda metade do mandato de Donald Trump.⁷ Nesse sentido, certos paralelos entre a política brasileira e a estadunidense podem ajudar a compreender algumas das peculiaridades desse estranho momento histórico. Aludo aqui, por exemplo, à importância da noção de guerra cultural para compreender debates sócio-políticos, e seus desdobramentos, nos últimos tempos. Tal como aponta João Cezar de Castro Rocha, autor do livro *Guerra cultural e retórica do ódio*:

O choque entre visões de mundo contrárias remonta aos séculos XVI e XVII, pois é parte estrutural da noção moderna de tempo. Uma vez que se introduziu uma diferença qualitativa entre passado, presente e futuro, a novidade se tornou o sal da terra; em consequência, o choque de valores passou a ocupar o centro da cena da cultura. Naturalmente, o sentido

norte-americano de *culture wars* não é o único possível, embora seja dominante e tenha desempenhado um papel decisivo na articulação do bolsonarismo. Eduardo Wolf realizou um importante trabalho conceitual relativo à noção de guerra cultural, associada aos conflitos internos da sociedade norte-americana após a década de 1960 e a revolução da contracultura. Esse caráter agônico favorece o *impulso de eliminação do adversário*, pois se trata de disputar a “essência” de uma sociedade e não apenas debater alternativas de governo: traço igualmente definidor do bolsonarismo. (ROCHA, 2021, p. 26).

A reportagem de Eduardo Wolf (2018), aí mencionada, sugere justamente relacionar a retórica de Trump, em sua cruzada conservadora e moralista contra os “inimigos da América”, com a estratégia de Bolsonaro, ao explorar um clima de polarização, reforçando a ideia de que a “esquerda” teria aparelhado as instituições públicas para implementar o “comunismo” e a “ideologia de gênero”. Para meus propósitos aqui, pouco importa que Olavo de Carvalho seja o responsável por sintetizar e difundir esse “sistema de crenças” (ROCHA, 2021, p. 57-76), pois basta apontar o relativo consenso quanto ao fato de que um imaginário e uma retórica forjados no âmbito das *culture wars*, no final do século XX nos EUA, foram apropriados alguns anos depois pela extrema-direita — tanto dos próprios EUA quanto do Brasil — com inegável

7. À guisa de exemplo, que se leve em conta o que já afirmava sobre “Trump e o Ocidente”, em publicação de 2017, Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil no início do governo Bolsonaro.

sucesso eleitoral e profundas implicações práticas sobre a sociedade contemporânea.

Diante desse quadro geral, o que pensar sobre os Estudos Clássicos no Brasil? Quem são as pessoas que se dedicam à pesquisa, ao ensino e ao estudo da Antiguidade clássica em nosso país? O que pensam e como avaliam sua área no momento atual? Partindo de um levantamento de dados ainda inédito — por meio de uma pesquisa de opinião e de análises quantitativas —, pretendo esboçar um panorama sobre essas questões a fim de desmistificar algumas impressões, modalizar outras e oferecer balizas mais seguras para quem queira refletir criticamente sobre a área no Brasil de 2021.

QUEM SÃO E O QUE PENSAM CLASSICISTAS NO BRASIL?

Com o propósito de sondar algumas tendências da realidade e do imaginário de profissionais da área de Estudos Clássicos no Brasil, idealizei um questionário composto por cerca de 15 perguntas de múltipla escolha sobre características pessoais (idade, perfil socioeconômico, identificação de gênero e raça etc.) e posicionamentos pessoais com relação a questões disciplinares, profissionais e políticas. O modelo em que o questionário se baseou foi originalmente proposto por Eric Adler e

Calvert Jones (2019), embora tenha sido adaptado para a realidade atual do Brasil e discutido com especialistas das áreas de Estudos Clássicos e Ciências Sociais.⁸

O questionário foi proposto a partir de um formulário do Google Forms⁹ e sua campanha de divulgação teve início no dia 06 de junho de 2021, tendo colhido por cerca de um mês suas respostas (mantidas anônimas durante todo o processo). Os canais de divulgação empregados para que chegasse ao maior número de pessoas atuando nas áreas afins aos Estudos Clássicos — especificamente estudantes, pesquisadores e professores de Letras Clássicas, História Antiga, Filosofia Antiga e áreas conexas à Antiguidade —, alcançando uma amostragem socialmente relevante, foram os seguintes: mensagem para o *mailing list* da InfoClassicas (que atualmente é o meio de comunicação mais amplo para classicistas no Brasil); divulgação nas redes sociais como *Facebook* e *Instagram*; e-mails e mensagens pessoais para representantes eminentes dessas áreas com o pedido de que o convite ao preenchimento do formulário fosse divulgado em seus respectivos programas de graduação e pós-graduação. Como resultado dessa ampla campanha de divulgação, o formulário foi preenchido por 288 pessoas. Para se ter uma ideia do que significa esse número, a InfoClassicas — que foi fundada em 2002 e trabalha em parceria com a

8. Gostaria de expressar aqui meus agradecimentos aos comentários e críticas de Sara Anjos, Jacyntho Lins Brandão, Fábio Faversoni e Christian Werner. A consultoria de Henrique Rodrigues foi fundamental para o aprimoramento das perguntas e sua concatenação dentro da pesquisa.
9. Embora já não esteja mais aberto para ser preenchido, ele pode ser conferido a partir deste link: <https://forms.gle/pPvjaagMsSu3DTT46>

Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) desde 2007, promovendo a circulação de informações sobre temas de interesse para classicistas do Brasil — atualmente conta com 957 participantes (segundo informação obtida em 30 de julho de 2021).¹⁰ Como a seleção de dados da pesquisa não foi aleatória, trata-se de uma amostra não probabilística e sua margem de erro está em níveis bastante aceitáveis, uma vez que a amostragem representa cerca de 30% de uma ampla e representativa lista de profissionais da área de Estudos Clássicos do país (incluindo aí estudantes, pesquisadores e professores). Pensando num índice de confiabilidade postulado em 95% (como se costuma adotar nesse tipo de pesquisa), seu percentual de erro é de 4,43%.

Feitos esses esclarecimentos introdutórios sobre a concepção e a aplicação do formulário, cumpre oferecer uma primeira apresentação dos dados obtidos por meio dele. Por uma questão de espaço, embora todos esses dados sejam textualmente mencionados e levados em conta para a presente análise, não será possível apresentá-los sempre em gráficos (restringindo-se esse modelo de apresentação apenas aos dados mais relevantes). Igualmente, não será possível desenvolver uma análise cruzada de todos esses dados, mas apenas um primeiro panorama a partir das variáveis “isoladas”, estabelecendo as bases

necessárias para análises futuras mais complexas. Em todo caso, cumpre destacar que certas impressões gerais sobre a dimensão tradicional da configuração desse campo de estudos no Brasil foram confirmadas pela pesquisa, no que diz respeito a:

- * uma predominância masculina: 63,5% das pessoas se identificam com o gênero masculino; 35,8%, com o feminino; e 0,7% (duas pessoas), com outro gênero;
- * uma predominância branca: 71,5% das pessoas se identificam em termos étnico-raciais como brancas; 16,7%, como pardas; 6,6%, como negras; e 0,3% (uma pessoa), como indígena;
- * uma predominância da classe média: 81,9% identificam o perfil socioeconômico de sua família no período de sua educação como de classe média (especificamente: 14,2%, classe média alta; 40,6%, classe média; 27,1%, classe média baixa); 17%, classe baixa; e 1%, classe alta.
- * uma predominância sudestina: 62,8% das pessoas afirmam que sua principal instituição de pesquisa se encontra no sudeste do Brasil; 13,9%, no nordeste; 9%, no centro-oeste; 6,6%, no sul; 3,8%, no norte; enquanto 2,1% afirmam não ter vínculo institucional.

10. A lista atualizada de participantes do grupo pode ser consultada aqui: <http://www.pec.ufrj.br/proaera/Lista.htm>

Além disso, a maioria esmagadora de classicistas atuando no país tem cidadania brasileira (apenas 1,4% não, ou seja, quatro pessoas das consultadas). Assim sendo, os Estudos Clássicos no Brasil são formados por uma maioria de homens (63,5%), brancos (71,5%), de classe média (81,9%) e sudestinos (62,8%). Esses dados oferecem um panorama básico das disparidades comuns no campo dos Estudos Clássicos e permitem um dimensionamento das políticas necessárias para tentar minimizá-las nos próximos anos, caso se busque um quadro de profissionais mais condizente com a realidade social do país. Voltarei a abordar essas questões na conclusão do presente texto, mas já gostaria de adiantar meu posicionamento básico sobre isso: a meu ver, não haverá uma transformação em prol da igualdade de oportunidade e acesso em termos de gênero, raça-etnia e classe nas áreas afins aos Estudos Clássicos sem uma ampla tomada de consciência acerca dessas problemáticas e uma implementação de políticas afirmativas capazes de incentivar a entrada e propiciar a permanência de mulheres, negros, indígenas e outros grupos sociais desprivilegiados e historicamente oprimidos em programas de formação (cursos de graduação e pós-graduação), bem como nos quadros profissionais da área. A questão da disparidade regional está certamente relacionada à desigualdade na distribuição de recursos entre as regiões e unidades

federativas do Brasil, com um enorme prejuízo para a região norte, por exemplo, embora esse aspecto deva ser compreendido também em termos populacionais (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo, três estados do sudeste, são os mais populosos do Brasil).

Um aspecto interessante da pesquisa diz respeito às faixas etárias dos participantes. Ao contrário do que seria de se esperar de uma área de estudo universitário com relevância didático-pedagógica para a formação de novas gerações — como foi o papel tradicional dos Estudos Clássicos ao longo de sua história —, apenas cerca de 20% das pessoas entrevistadas têm menos de 25 anos:

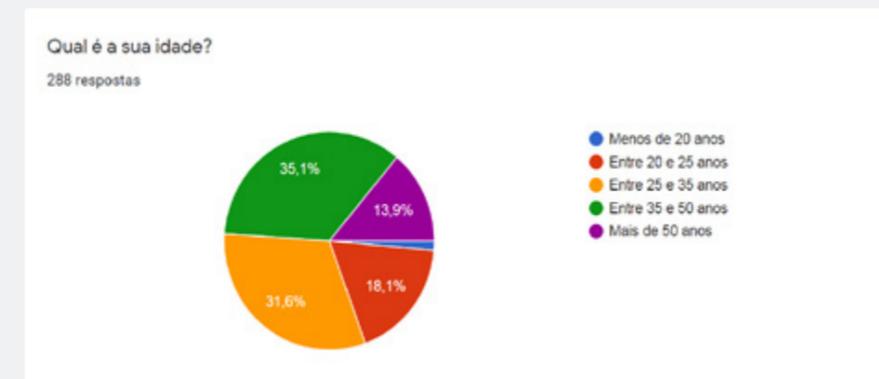


Gráfico 1

Acredito que um desdobramento disso possa ser entrevisto na realidade profissional das pessoas que participaram do levantamento: 33,3% são professores do ensino

superior; 7,3%, do ensino básico e/ou médio; 6,9% são pesquisadores independentes (com pós-graduação concluída); 26,4% são estudantes de pós-graduação; e apenas 16,7% são estudantes de graduação. Esses resultados evidentemente devem ser compreendidos à luz do fato de que uma pesquisa como essa, com amostra não probabilística intencional, tem mais entrada entre pessoas já seguras com relação a sua área de formação e — talvez por isso — o baixo número de jovens graduandos não deve ser encarado de forma excessivamente alarmante. Ainda assim, a experiência prática de quem atua com os Estudos Clássicos no Brasil dos últimos anos sugere que essa proporção não parece contrariar a impressão geral que se tem dos fatos e pode ser que a situação atual esteja efetivamente preocupante: quando o número de estudantes de uma área diminui a ponto de se tornar menor do que o de professores e aspirantes a professores (isto é, estudantes de pós-graduação, que costumam buscar a carreira acadêmica nas áreas de Letras, História, Filosofia e afins), trata-se de um possível sintoma de sua pouca penetração social e, portanto, do risco que corre de ser suprimida sob acusações de irrelevância e certa autotelia.¹¹ Daí a importância de projetos de extensão universitária, dedicados a despertar o interesse pelos Estudos Clássicos em outras áreas da sociedade brasileira, principalmente na educação.

11. A meu ver, contudo, vale ressaltar que esse tipo de acusação foi feito com certa frequência ao longo de sua história (ainda que de formas diferentes e com menos ressonância social). Mesmo no auge do prestígio da *Altertumswissenschaft* [Ciência da Antiguidade], na Alemanha da segunda metade do século XIX, uma figura culturalmente significativa como Richard Wagner chegou a escrever o seguinte (contra Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf e em defesa da abordagem do filólogo, e amigo, Friedrich Nietzsche): “[S]ão os próprios filólogos que se instruem uns aos outros, e é de se supor que façam isso unicamente com o objetivo de adestrar apenas novos filólogos, ou seja, apenas professores de ginásio e professores universitários que, por sua vez, formarão novos professores de ginásio e professores universitários.” (WAGNER, 2005 [orig. 1872], p. 81-2).

A atual renda média mensal das pessoas atuando com os Estudos Clássicos corrobora as tendências acima detectadas para a questão da situação profissional (ressalvada, evidentemente, a existência de alguns poucos profissionais atuando em áreas a princípio não afins a esse campo de estudos, como advogados, bancários e médicos):



Gráfico 2

O que me interessa explorar agora, contudo, diz respeito aos posicionamentos das pessoas com relação a questões disciplinares, profissionais e políticas. No que diz respeito à área prioritária de atuação de classicistas no Brasil, a natureza transdisciplinar desse campo e a plethora de possibilidades abertas aos estudiosos tornam difícil analisar os dados com o objetivo de propor algo mais concreto a partir disso, mas vale o registro de que áreas consideravelmente minoritárias há pouco tempo no país já contam com um número considerável de praticantes,

como é o caso excepcional da recepção clássica (8,3%), assim como do romance antigo (2,4%), da tradição medieval e renascentista (2,4%), da religião greco-romana (2,1%), da arqueologia greco-romana (2,1%), dos Estudos Orientais (1,7%), da história dos Estudos Clássicos (1,7%) e da epigrafia (0,3%). Ainda assim, a predominância continua a ser das áreas mais amplas e tradicionais em termos institucionais, com uma prevalência considerável do elemento grego sobre o latino, como se compreende dos seguintes dados: filosofia grega (21,5%); poesia grega (17,7%); poesia latina (10,4%); linguística do grego antigo e/ou do latim (8,7%); história e historiografia greco-romanas (6,9%); retórica e oratória greco-romanas (5,2%). Um número surpreendentemente baixo é o de estudiosos dedicados à filosofia latina (apenas uma pessoa) e ao cristianismo (duas).

Desses dados talvez seja possível sugerir o interesse que pode haver em novas pesquisas dedicadas a áreas ainda pouco exploradas no Brasil, como a filosofia latina, a Antiguidade tardia (na passagem para o Medieval e mesmo para o Renascimento), bem como em termos de história dos Estudos Clássicos. Este último tópico, inclusive, como já sugeri, precisaria ser praticado mais amiúde para suscitar a consciência crítica por parte de qualquer classicista que queira investigar e compreender a razão de

ser desse campo de estudos na educação contemporânea. Adicionalmente, trabalhos nas áreas de Arqueologia e Epigrafia teriam muito a oferecer ao público brasileiro, apesar das dificuldades inerentes a esse contexto para quem se dedique a um material dessa natureza (em termos da quase total ausência de incentivo e da pequena quantidade de museus e acervos para um trabalho mais prático de análise).

Com relação ao posicionamento político declarado pelas pessoas entrevistadas, haveria pontos curiosos a serem explorados por um sociólogo: a recusa de identificação política a partir das noções de “esquerda” e “direita” (2,1%) e a autodeclaração como “apolítico” (1,8%).¹² Gostaria de me concentrar, contudo, num aspecto muito mais relevante (em termos numéricos) e possivelmente revelador de um estranho estado de coisas para o campo dos Estudos Clássicos no Brasil: 82,3% das pessoas identificaram seu posicionamento político como de esquerda (67%, esquerda; 15,3%, extrema esquerda); enquanto 8,3%, centro; e 2,4%, direita. Não é sem alguma surpresa, portanto, que se depara com o que é dito em resposta à pergunta sobre a impressão que se tem acerca das tendências políticas hegemônicas entre classicistas atuando no Brasil hoje em dia:

12. Houve queixas contra o emprego das noções de “esquerda” e “direita” por serem julgadas “vagas”, “esvaziadas de sentido”, “simplistas” etc. Mas a pesquisa recorreu a tais noções ciente de que seu sentido pode variar de pessoa para pessoa, explorando a construção de um imaginário político atualmente em voga no Brasil, segundo o qual “posicionamentos de esquerda” são vistos como progressistas, atentos a questões sociais e à valorização dos serviços públicos, enquanto “posicionamentos de direita” são vistos como conservadores, defensores das liberdades individuais, do empreendedorismo e da privatização. A realidade política, evidentemente, é muito mais complexa do que esse esquema básico sugere.



Gráfico 3

A predominância de tendências políticas alinhadas com posicionamentos progressistas (de esquerda) prevalece tanto na autodeclaração de classicistas quanto em sua avaliação sobre a área como um todo. Isso talvez pudesse causar surpresa em quem julga os Estudos Clássicos pelo estereótipo tradicional europeu — frequentemente associado a posicionamentos conservadores, etnocêntricos e xenofóbicos —, mas é preciso levar em conta que esse é um estereótipo consideravelmente ultrapassado e que, além disso, o papel desempenhado pela educação pública na implementação dessa área de estudos no Brasil tem consequências importantes sobre o desenvolvimento de sua consciência social.¹³ O que me parece surpreendente, portanto, não é essa predominância de tendências progressistas, mas o considerável descompasso entre os posicionamentos autodeclarados de centro (8,3%) e direita (2,4%), por um lado, e a avaliação geral que se faz da área: praticamente ninguém acredita existir posicionamentos

muito progressistas (1,7%), embora 15,3% das pessoas se digam de extrema esquerda; 25,7% acredita que as tendências políticas da área sejam neutras em termos gerais (de centro); enquanto 13,2% identifica os Estudos Clássicos com posicionamentos conservadores (de direita, 10,8%) ou muitos conservadores (de extrema direita, 2,4%). A análise desses dados é complexa, mas tal descompasso sugere que — em média — cada classicista se julga mais progressista do que a área, ou seja, apesar de uma hegemonia ideológica progressista (“de esquerda”), o campo é internamente percebido como mais conservador do que cada um de seus membros.¹⁴

Em termos disciplinares, questões abordando pontos específicos de antigas convicções humanistas e positivas indicam a permanência de partes de um imaginário tradicional entre classicistas atuando no Brasil hoje: sobre a ideia de que se dedicar aos Estudos Clássicos torna alguém melhor, 38,6% afirmam concordar pelo menos em parte, enquanto apenas 28,5% discordam de alguma forma disso (enquanto 33% dizem que isso depende); sobre a possibilidade de se portar objetivamente numa pesquisa do campo, mais de 50% acreditam que isso seja pelo menos parcialmente possível, enquanto nem 20% chegam a esboçar alguma forma de discordância quanto à ideia (enquanto 26,4% afirmam que isso depende).

13. Apesar da existência de estabelecimentos privados de ensino superior no Brasil, para as áreas afins ao campo dos Estudos Clássicos há uma predominância de estabelecimentos públicos. Levando isso em conta, não pode ser irrelevante para a relativa homogeneidade em termos de posicionamento político o fato de que, das pessoas que se dedicam ao campo e responderam ao questionário, apenas 2,1% afirmam não ter ligação formal com qualquer instituição de ensino.

14. Ainda em termos políticos, não causa muita surpresa o fato de que a atuação do governo federal durante a gestão de Bolsonaro seja avaliada como péssima de forma majoritária (94,4%), enquanto 2,4% a considerem ruim e 2,1% a tenham por regular. Cerca de 1% das pessoas a avaliam positivamente (0,3%, boa; 0,7%, excelente).

Houve quem tenha reclamado de que as noções de “objetividade” (“portar-se objetivamente”) e “bem” (“tornar alguém melhor”), presentes nessas perguntas, ofereciam margem a múltiplas interpretações e que, por isso, poderia haver alguma dificuldade em fazer com que o preenchimento do formulário representasse fidedignamente convicções pessoais de membros da área. Apesar de o número dessas reclamações ter sido baixo (cerca de 5%), sinto-me obrigado a reconhecer que realmente pode haver alguma ambiguidade no entendimento das seguintes perguntas formuladas pela pesquisa:

- * “Você concorda com a ideia de que seja possível se portar objetivamente numa pesquisa realizada no campo dos Estudos Clássicos?”, uma vez que a contestação à possibilidade de objetividade científica talvez possa ser confundida com uma espécie de concessão voluntária à parcialidade e à subjetividade (como sinônimos de “falta de critério”);
- * “Você concorda com a ideia de que se dedicar à área dos Estudos Clássicos torna alguém melhor?”, uma vez que contestar essa ideia poderia parecer redundar numa espécie de anti-intelectualismo, como se não estar disposto a defender os Estudos Clássicos praticados

de qualquer forma e em qualquer circunstância fosse um sinônimo simples de atacá-los ou querer destruí-los.

Acredito, contudo, que a maior parte das pessoas participantes dessa pesquisa conheça os principais ideais humanistas e positivistas empregados nos Estudos Clássicos, bem como algumas das críticas que têm sido feitas a eles (desde meados do século XIX): o estudo dos clássicos enobrece necessariamente o caráter? É possível abordar algum assunto tão objetivamente que a perspectiva do sujeito não participe de modo algum da elaboração de seu próprio objeto? Vários apontamentos célebres de Friedrich Nietzsche sobre a *Altertumswissenschaft* [ciência da Antiguidade] incidem precisamente sobre isso e, apesar da resistência que encontraram em sua própria época, reapareceram em diferentes formulações depois, tendo sido direta ou indiretamente incorporados também à própria prática contemporânea dos Estudos Clássicos.¹⁵

Apesar de ter encontrado esse tipo de resistência em ir à raiz de certos problemas teóricos, a pesquisa detectou uma franca disposição por parte de classicistas atuando no Brasil para se abrir a novas questões e metodologias em seu campo: podendo marcar livremente sua concordância com certas afirmações, 81,3% concordam que seja positiva a possibilidade de lidar com uma variedade maior

15. O material reunido por Arrowsmith (1963a, 1963b) é emblemático dessa dimensão das reflexões de Nietzsche. O tema foi abordado de forma provocativa por Nimis (1984) e aparece em várias contribuições ao volume organizado por Culham e Edmunds (1989). Além disso, a crítica aos pressupostos humanistas e cientificistas aparece como um dos pontos de partida para os textos editados por Judith Hallett e Thomas Van Nortwick (1997), estando pressuposto mesmo por um panorama de tendências conservadoras sobre a história do campo, como o que delineia Adler (2016).

de temas de pesquisa (incluindo explicitamente estudos de gênero, sexualidade, raça etc.); talvez em relação com esse último ponto, embora também associado a questões históricas de expansão e valorização do ensino superior no Brasil do início do século XXI (sob os governos de Lula e Dilma, com o Partido dos Trabalhadores), 58,3% consideram que a qualidade e relevância dos trabalhos aumentou, assim como o nível da formação de professores, pesquisadores e estudantes (na opinião de 59%). A visão de que a qualidade geral dos trabalhos e da formação universitária diminuiu foi emitida por cerca de 12-15% das pessoas consultadas.¹⁶

É interessante observar, portanto, que o campo dos Estudos Clássicos no Brasil se julga majoritariamente aberto ao tratamento de novos objetos e ao desenvolvimento de novas metodologias. Como sugeri antes, várias dessas propostas surgiram no contexto intelectual dos EUA, a partir de movimentos sociais pela reivindicação de direitos civis e lutas por reconhecimento, cujas pressões eventualmente levaram à fundação de novos departamentos acadêmicos e à legitimação de novos objetos de estudo universitário: os programas dos *black studies*, *women's studies* e *gay studies*, por exemplo, têm seu desenvolvimento na segunda metade do século XX, em associação com as lutas identitárias.¹⁷ A importância desse contexto geral para tornar possível uma variedade

maior de temas de pesquisa e metodologias pode ser detectada em publicações de língua inglesa que são verdadeiros divisores-de-águas no campo dos Estudos Clássicos, como: *Blacks in Antiquity*, de Frank Snowden Jr. (orig. 1970); *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves*, de Sarah Pomeroy (orig. 1975); *Greek Homosexuality*, de Sir Kenneth Dover (orig. 1978); *Women in the Ancient World*, editado por John Peradotto e John Patrick Sullivan (1984); *The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece*, de John Winkler (1990); entre outros. Em todo caso, é a partir de então que se torna possível encontrar — cada vez mais frequentemente — certas palavras-chave em publicações acadêmicas da área de Clássicas, como “gênero”, “raça”, “sexualidade”, “alteridade” etc. Se isso acontece ainda no final do século XX nos EUA, classicistas brasileiros parecem ter começado a abordar alguns desses temas apenas em anos mais recentes (já no século XXI), *pari passu* com colegas da Europa e outras partes do mundo. E o processo pode ser testemunhado enquanto ainda está acontecendo: basta correr os olhos por algumas das apresentações e publicações recentes de classicistas atuando no Brasil, pois seus títulos, palavras-chave e referências bibliográficas oferecem a mais clara prova da realidade dessa transformação.

16. Como os tópicos cobertos por esse parágrafo são abordados numa série de perguntas em que a concordância da pessoa entrevistada pode ser livremente manifestada, não se chega a uma totalidade de 100% das opiniões sobre cada assunto: 81,3% concordam que a maior variedade dos temas de pesquisa possíveis hoje (incluindo estudos de gênero, sexualidade, raça etc.) é algo positivo; 3,5%, que a maior variedade dos temas de pesquisa seja algo negativo; 58,3% concordam que a qualidade e relevância dos trabalhos aumentou; 15,3%, que a qualidade e relevância dos trabalhos diminuiu; 59% concordam que o nível da formação geral aumentou; 12,5%, que o nível da formação geral diminuiu.

17. Para detalhes sobre a relação entre esses movimentos sociais e a criação universitária desses novos campos de estudo: CUSSET, 2003, p. 150-67; HARTMAN, 2015, p. 25-37; ADLER, 2016, p. 14-6.

Um último ponto que ainda é preciso mencionar sobre o questionário antes de passar para minhas conclusões diz respeito à avaliação da situação dos Estudos Clássicos no Brasil de 2021 e suas expectativas para o futuro. Aqui, como não poderia deixar de ser, prevalece certo pessimismo diante do descaso com que educação, ciência e cultura têm sido tratados nos últimos anos, sobretudo a partir de 2019, durante o governo Bolsonaro, com perseguições e ataques em variados graus a professores, pesquisadores e movimentos estudantis, ou mesmo à comunidade acadêmica de modo geral (como no caso das ingerências presidenciais na escolha de reitores):

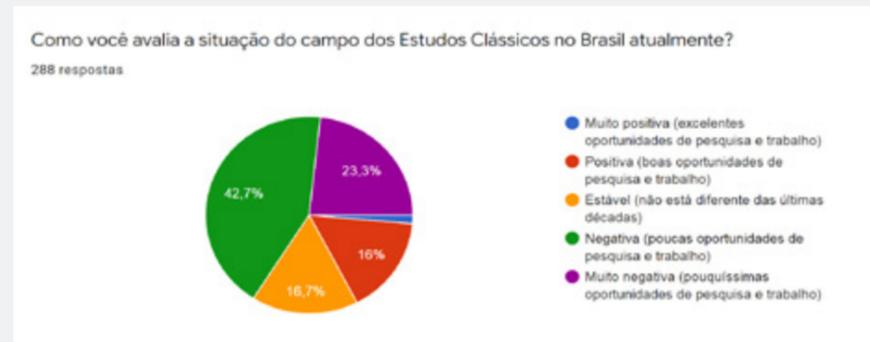


Gráfico 4

Diante desse flagrante pessimismo quanto à realidade atual (com cerca de 66% das pessoas avaliando a situação do campo como negativa ou muito negativa), não deixa de causar certa surpresa a tendência geral das respostas à última pergunta do formulário, sobre as expectativas

para o futuro dos Estudos Clássicos no Brasil: apenas 2,8% projetam que o campo deixará de existir, enquanto 4,2% acreditam que aumentará muito e ficará muito mais socialmente relevante. Embora certo pessimismo continue a predominar (em termos gerais), é inegável que grande quantidade de classicistas atuando no país atualmente faz jus à célebre ideia explorada por uma campanha publicitária há uns anos (“Eu sou brasileiro e não desisto nunca”) e que já parece presente em formulações anteriores, como a do título de um livro de Stefan Zweig: *Brasil, um país do futuro*. Independentemente de como se queira abordar esse lugar-comum, é encorajado por esse otimismo (ainda que comedido e desconfiado, em suas tendências majoritárias) que gostaria de encaminhar a conclusão de minhas breves reflexões, após apresentar ainda este último gráfico:



Gráfico 5

CONCLUSÃO

Os Estudos Clássicos conhecem um momento de efervescência nos primeiros anos do século XXI no Brasil. Embora eu não tenha enfatizado isso, acredito que minhas referências introdutórias a uma bibliografia recente e relativamente numerosa produzida por brasileiras e brasileiros sobre a história de seu campo de estudo, bem como as avaliações preponderantemente positivas sobre a qualidade dos trabalhos e da formação de classicistas nos últimos anos, sejam indicativos suficientes para que se reconheçam as conquistas recentes. É inegável que os ataques do atual governo à educação, à ciência e à cultura, no âmbito de um projeto mais amplo de desmantelamento das instituições públicas (ROCHA, 2021), representem um triste hiato nessa efervescência. A isso é preciso acrescentar o impacto nefasto da pandemia de Covid-19 e a implementação indisfarçada de uma necropolítica, explorada inescrupulosamente no Brasil e em outros países do mundo. Ainda assim, não convém perder de vista que os últimos anos têm conhecido uma quantidade considerável de novos especialistas, com excelentes trabalhos e traduções, atuando em vários cursos e programas de pós-graduação recém-criados e de enorme importância para a disseminação dos Estudos Clássicos.

Para que essa efervescência possa ser retomada, confirmando as expectativas otimistas para o futuro desse campo no Brasil, acredito que seja preciso levar a cabo um amplo processo de tomada de consciência sobre a realidade de quem atua como classicista no país e sobre o que é justo esperar de sua atuação. Sem descuidar da importância do aprendizado das línguas e literaturas antigas, do estudo e interpretação das obras clássicas à luz de seu próprio contexto histórico, bem como do trabalho de traduzir e escrever obras sobre esses temas, defendo que nenhum(a) classicista pode se esquecer do lugar que ocupa: como alguém que se beneficia de uma estrutura de educação pública (boa ou razoável), num país profundamente desigual — ainda que nominalmente democrático e justo —, qualquer classicista precisa saber se posicionar perante a realidade social em que se encontra, reconhecendo e agindo para reverter os processos históricos que levaram à constituição de desigualdades como as de gênero, raça, classe e sexualidade no país.

Esse processo pode desenvolver-se em várias frentes, mas acredito que o estudo da história dos Estudos Clássicos — tal como praticados no Brasil, mas também em outros países há muito mais tempo — seja uma condição *sine qua non* para isso. Por outro lado, análises da realidade e do imaginário político e socioeconômico de

classicistas atuando no país podem cumprir uma função igualmente importante para uma prática socialmente engajada no âmbito desse campo de estudos. Suscitando o reconhecimento de disparidades socioeconômicas, por exemplo, e a necessidade da adoção de iniciativas práticas para corrigi-las, esse tipo de levantamento analítico pode contribuir para a definição de políticas afirmativas, como cotas de entrada e permanência em cursos, programas de pós-graduação e vagas profissionais para grupos minoritários e historicamente desfavorecidos. Uma tomada de consciência crítica sobre o que significa ser classicista num país desigual como o Brasil pode ser o primeiro passo no longo caminho para transformações que talvez reservem uma série de surpresas para classicistas no futuro. Quem sabe? Pode ser que o presente número da revista *Em Tese* consista num convite a explorar justamente veredas que não parem mais de se bifurcar a partir daí...

REFERÊNCIAS

- ADLER, Eric. **Classics, the Culture Wars, and Beyond**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.
- ADLER, Eric; CALVERT, Jones. What Do Classicists Think? Perspectives on Politics, Scholarship, and Disciplinary Crisis. **The American Philological Association**, vol. 149, n. 2, 2019, p. 89-116.
- ANDRADE, Érico. Parece democrática, mas é autoritária: A universidade precisa aprender a lidar, na prática, com as desigualdades estruturais do Brasil. **piauí**, 9 fev. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/parece-democratica-mas-e-autoritaria/>>. Acesso em 15 mar. 2021.
- ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, vol. 3, n. 6, 2017, p. 323-357.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Maura W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016 [orig. 1954].
- ARROWSMITH, William (1963a). Nietzsche on Classics and Classicists. **Arion**, Vol. 2, N. 1, p. 5-18.
- ARROWSMITH, William (1963b). Nietzsche on Classics and Classicists (Part II). **Arion**, Vol. 2, N. 2, p. 5-27.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia. In: ASSUNÇÃO; T. R.; FLORES-JÚNIOR, O.; MARTINHO, M. (orgs.). **Ensaio de retórica antiga**. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 313-350.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. Politeia tropical: a recepção dos clássicos, a tradição política no Brasil do século XIX e a tradução das Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira. In: SILVA, Maria de Fátima; AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes (orgs.). **A recepção dos Clássicos em Portugal e no Brasil**. Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume Editora, 2015, p. 15-68.

BERNAL, Martin. **Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization**. Vol. 1. The Fabrication of Ancient Greece, 1785–1985. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1987.

BLOOM, Allan. **The Closing of the American Mind: How Higher Education Has Failed Democracy and Impoverished the Souls of Today's Students**. New York: Simon and Schuster, 1987.

BOUINEAU, Jacques. (Org.). **L'Avenir se prépare de loin**. Paris: Les Belles Lettres, 2018.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Estudos Clássicos no Brasil. In: PONCE HERNÁNDEZ, Carolina; ROJAS ÁLVAREZ, Lourdes (Coord.). **Estudios Clásicos en América en el Tercer Milenio**. Facultad de Filosofía y Letras: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 49-68.

BROSE, Robert de (ed.) (2018). **Pervivência Clássica: interfaces entre tradução e recepção dos Clássicos**. Belo Horizonte: Moinhos.

CARDOSO, Zélia A. O percurso dos Estudos Clássicos no Brasil. **Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, vol. 27, n. 1, p. 17-35, 2014.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs.). **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008.

COLE, Susan Guettel. Taking Classics into the Twenty-First Century: A Demographic Portrait. In: CULHAM, Phyllis; EDMUNDS, Lowell (eds.). **Classics: A Discipline and Profession in Crisis?** Lanham, MD: University Press of America, 1989, p. 15-23.

CORRÊA, Paula da Cunha. Classical Studies in Brazil. **Classical Bulletin**, 2001, 77.2, p. 216-239.

CULHAM, Phyllis; EDMUNDS, Lowell (eds.). **Classics: A Discipline and Profession in Crisis?** Lanham, MD: University Press of America, 1989.

CUSSET, François. **French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis.** Paris: Éditions La Découverte, 2003.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura. Os Estudos Clássicos nas Universidades Brasileiras. **Euphrosyne**, Lisboa, v. 15, 1987, p. 343-355.

DUARTE, Adriane da Silva (2016). Por uma história da tradução dos clássicos greco-latinos no Brasil. **Translatio**, 12, 43-62.

FERNANDES, Thaís (2017). **A Literatura Latina no Brasil: Uma história de traduções.** 205f. Tese (Estudos da Tradução). Letras, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Glaydson José; MARTINS, Adilton Luís (Org.) (2008). **História antiga: Contribuições brasileiras.** São Paulo: Annablume; Fapesp.

HALLETT, Judith; NORTWICK, Thomas Van (eds.). **Compromising Traditions: The personal voice in classical scholarship.** London; New York: Routledge, 1997.

HANSON, Victor Davis; HEATH, John. **Who Killed Homer?: The Demise of Classical Education and the Recovery of Greek Wisdom.** New York; London; Toronto; Sydney; Singapore: The Free Press, 1998.

HARTMAN, Andrew. **A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars.** Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015.

HUMMEL, Pascale (2000). **Histoire de l'histoire de la philologie: Étude d'un genre épistémologique et bibliographique.** Genève : Librairie Droz, 2000.

LIMA, Elizabeth Araújo **et alii.** Diálogos possíveis: É preciso ampliar o debate acadêmico para escapar das lógicas binárias que produzem os conflitos entre estudantes e professores. **piauí**, 17 fev. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/dialogos-possiveis/>>. Acesso em 15 mar. 2021.

MORLEY, Neville. **Classics: Why it matters?** Cambridge: Polity Press, 2018.

NIMIS, Steve. Fussnoten: Das Fundament der Wissenschaft. **Arethusa**, vol. 17, n. 2, 1984, p. 105-134.

OLIVEIRA, Flávio Ribeiro (2014). Sobre a pertinência do estudo de Letras Clássicas no Brasil contemporâneo. **Remate de Males**, vol. 34, n. 2, p. 625-631.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Nem revolucionários nem neoliberais: Dialogar com os alunos à luz das demandas atuais é essencial para o futuro da universidade pública. **piauí**, 11 fev. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/nem-revolucionarios-nem-neoliberais/>>. Acesso em 15 mar. 2021.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Trad. Luiz Carlos Bombassaro. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016 [orig. 2013].

READINGS, Bill. **University in ruins**. Cambridge; London: Harvard University Press, 1996.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, Roosevelt Araújo, Jr. (2019). Por que o Brasil precisa dos Estudos Clássicos. **Em Tese**, 25.1, p. 203-209.

SANTOS, José Amarante, Sobrinho. **Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil**: o tempo da conservação e o tempo da produção. 2013. 315 f. Tese (Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia). Salvador. 2013.

VIEIRA, Brunno V. G.; THAMOS, Marcio (orgs.). **Permanência Clássica**: visões contemporâneas da antiguidade greco-romana. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.

TUFFANI, Eduardo. Os estudos latinos no Brasil. **Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 13/14, 2000/2001, p. 393-402.

TUFFANI, Eduardo. **Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)**. Cotia: Íbis, 2006.

WAGNER, Richard. Carta aberta a Friedrich Nietzsche, publicada no **Norddeutsche Allgemeine Zeitung** de 23 de junho de 1872. In: MACHADO, Roberto (org.). **Nietzsche e a polêmica sobre 'O nascimento da tragédia'**. Texto de Rohde, Wagner e Wilamowitz-Möllendorf. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 79-86.

WOLF, Eduardo. Luta pela alma do Brasil. **Revista Veja**, 30 nov. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/luta-pela-alma-do-brasil/>>. Acesso em 15 mar. 2021.

Recebido em: 31-07-2021

Aceito em: 11-09-2021